

Opinião

EDITORIAL

Eminência parda ou vermelha?

Dilma havia anunciado na semana passada que não tinha cara de quem iria renunciar. Não o fez ao mandato, que lhe foi conferido pela maioria dos brasileiros, mas tudo indica que abriu mão do poder de governar ao oferecer ontem ao ex-presidente Lula seu mais importante cargo de primeiro escalão.

Apesar de a opinião pública estar mais atenta às políticas adotadas pela pasta da Fazenda, a Casa Civil é sem dúvida o ministério mais crucial para o governo federal. É dentro desse gabinete que se discute a constitucionalidade, a oportunidade e os ajustes de todos os grandes programas estruturantes do País, passando por negociações com o Congresso Nacional. Nessa cadeia, já despacharam figuras como o general Golbery do Couto e Silva, Clóvis Carvalho, Pedro Parente, José Dirceu e a própria Dilma Rousseff.

Golbery foi o artífice da transição gradual do regime militar para o período de redemocratização, enquanto Carvalho e Parente permiti-

ram que as políticas públicas corresse ao lado das diretrizes do Plano Real, garantindo segurança à estabilidade econômica dos governos FHC. José Dirceu costurou as alianças da primeira gestão de Lula e foi substituído por Dilma, que fez andar o programa mais desenvolvimentista e de distribuição de renda.

Na prática, Lula vira o primeiro-ministro de Dilma, embora o próprio PT critique as propostas de adoção de um sistema parlamentarista, em gestação por senadores e deputados da oposição. Não deve se contentar em ser a “eminência parda” que se comentava à época de Golbery. Está mais para a “eminência vermelha”, representada pelo Cardeal Richelieu, figura proeminente na corte francesa de Luis XIII.

Há dúvidas, na verdade, sobre as cores que Lula poderá imprimir ao governo. Caso as ações para impedir sua posse na semana que vem não prosperem, o ex-presidente precisará ser mais pragmático na relação com o Congresso Nacional, hoje em ebulição, e mais intervencionista na economia, como pedem 10 entre 10 antigos aliados. Terá de conciliar o que hoje parece ser inconciliável.



Panorama
Diário
Comercial e
Publicidade
Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”



CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Cristiane Quercia, Andreia Quercia, Claudia Rei, Rubens Pedretti Jr., Roberto Lira e Liliana Lavoratti

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Rubens Pedretti Junior - rubens.pedretti@dcicom.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dcicom.br

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dcicom.br

EDITORA-FECHAMENTO: Liliana Lavoratti - liliana@dcicom.br

EDITORES: Anna Lúcia França, Camila Abud, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Renê Gardim, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERÃO PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni

AGÊNCIAS NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL - DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dcicom.br

GERENTES: São Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dcicom.br

Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dcicom.br

Publicidade Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dcicom.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dcicom.br

comercial.legal@dcicom.br

Departamento de assinaturas - ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA): Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, e-mail: atendimento@dcicom.br

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dcicom.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, e-mail: redacao@dcicom.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo

RENÉ GARDIM

EDITOR
renelg@dcicom.br



PLANO DE VOO

Volume e consistência

Até mesmo os opositores do governo Dilma Rousseff ficaram surpresos com o volume de informações apresentadas pelo senador Delcídio do Amaral (sem partido) e divulgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira (15). Além de volumosa, a delação premiada tem consistência, inclusive quando envolve integrantes do grupo de oposição. Mas ninguém consegue dimensionar os efeitos que as acusações podem tomar. Uma coisa já é certa, o senador mineiro Aécio Neves (PSDB) deve ser oficialmente investigado pela Operação Lava Jato. Sobre ele pesa denúncia de corrupção e envolvimento ilegal de divisas para o exterior através de *offshore*.

Usinas movidas à biomassa

Dados Gerais da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE mostra que, ao longo de 2015, as 240 usinas térmicas movidas à biomassa alcançaram 11.000 MW de capacidade instalada, um aumento de 6% em relação à capacidade da fonte no ano anterior. Em dezembro do ano passado, a geração de biomassa alcançou 1.892 MW médios, sendo o bagaço de cana de açúcar a principal fonte utilizada. Esta matéria-prima gerou 1.584 MW médios, ou seja, 83,7% do total. O pico de geração foi registrado no mês de agosto com 4.061 MW médios, por conta da safra agrícola.

Medicamento garantido

Os Programas de Benefícios de Medicamentos (PBM) vêm se tornando cada vez mais presentes na vida de milhares de trabalhadores. A ePharma acaba de ganhar a licitação para prestar esse serviço para atendimento dos funcionários da Petrobras. Serão 297 mil titulares e dependentes que terão subsídio no valor total de suas compras de medicamentos em farmácias de todo o País. Por meio da tecnologia criada pela ePharma, um sistema autorizador, ancorado em um potente banco de dados, autoriza em apenas três segundos a compra dos medicamentos.

Papagallis surge com foco na exportação

A Lombas, e-commerce com foco em cafés nacionais, lançou sua própria marca de café, a Papagallis. O objetivo é mostrar ao público “um produto artesanal com qualidade, equilíbrio e sabor único”. Criado para o mercado chinês, em 2010, passou do grão para o modelo monodose com pretensão de atender a tendência atual e se tornar internacionalmente conhecido, em especial nos grandes centros, como Nova York, já que o Brasil tem reconhecimento em café e pode disputar *branding* na cena cafeeira internacional, onde não há marcas nacionais de café reconhecidas.

Solução de autoatendimento

A PoloAr, empresa especializada em climatização e refrigeração há mais de 40 anos, implantou o DTe-Service, produto de autoatendimento ao cliente que oferece respostas imediatas sem a intervenção humana, por meio de um mecanismo inteligente. Desenvolvido pela Direct Talk, especialista em atendimento ao consumidor, o sistema atua como uma central de atendimento 24x7, pois permite que as dúvidas mais simples dos consumidores sejam resolvidas integralmente no site, recorrendo aos atendentes somente em casos mais complexos.

ARTIGO

Vender reservas: ‘ideia brilhante’

Proposta do PT pode elevar mais rapidamente a dívida bruta do País

O Partido dos Trabalhadores (PT) parece bastante comprometido com o objetivo de afundar de vez o governo da presidente Dilma Rousseff mediante ao aprofundamento do gravíssimo quadro econômico que assola o País desde o final de 2014. Sua mais recente inovação nesse quesito foi a (sic) brilhante ideia de usar uma parte das reservas internacionais para financiar investimento público.

A lógica econômica da proposta seria a seguinte. O Brasil possui mais reservas internacionais do que necessita, pois as mesmas superam em quase US\$ 40 bilhões o estoque da dívida externa brasileira. Além disso, o custo de carregamento dessas reservas, dado pela diferença entre as taxas de juros doméstica e internacional é muito alto, próximo a 12% ao ano.

Como o Brasil possui cerca US\$ 370 bilhões de reservas, o custo de carregamento é superior a R\$ 160 bilhões ao ano, supondo um câmbio de R\$ 3,70. Se as reservas pudessem ser reduzidas em um terço, o custo de carregamento cairia em R\$ 54 bilhões.

Por outro lado, a venda de um terço das reservas internacionais geraria uma receita financeira de mais de R\$ 450 bilhões, supondo um câmbio de R\$ 3,70, receita essa que seria transferida para o Tesouro Nacional.

De posse desses recursos, o governo poderia fazer um aumento espetacular no investimento público, o qual tiraria a economia brasileira da recessão em poucos meses. Com efeito, supondo um multiplicador igual a 1.3, o programa de investimentos, se executado em 12 meses, geraria um aumento de quase R\$ 590 bilhões no PIB, ou seja, um crescimento de 10% em termos nominais. O problema com esse raciocínio é que ele se assenta em hipóteses erradas. Em primei-

ro lugar, o custo de carregamento está mal calculado, pois o mesmo é igual a diferença entre a taxa de juros doméstica e a soma da taxa de juros internacional com a taxa de desvalorização do câmbio.

Como em 2015 o câmbio se desvalorizou em 47%, o custo de carregamento foi negativo em 35%, proporcionando ao governo um ganho de R\$ 480 bilhões. Uma parte desse gigantesco ganho de capital foi transferido do Banco Central para o Tesouro Nacional no final de 2015, permitindo o pagamento das chamadas “pedaladas fiscais” sem emissão de dívida pública.

Em segundo lugar, o fato de que o governo é credor líquido em dólar evita a ocorrência de uma crise fiscal por profecias autorrealizáveis, tal como em 2002. Naquela ocasião o governo era devedor em dólar.

Quando o mercado antecipou um possível *default* na dívida pública com a eleição de Lula, a taxa de câmbio se desvalorizou fortemente, produzindo um aumento da dívida bruta de 54,18% do PIB em abril para 63,62% em setembro, um aumento de quase 10 pontos percentuais do PIB em poucos meses.

A venda parcial das reservas internacionais reduziria a posição credora líquida do governo, diminuindo os ganhos obtidos com a desvalorização do câmbio. Dado que o governo opera com déficit primário, a redução dessa receita de senhoriagem levará a dívida bruta a crescer mais rapidamente, aprofundando, assim, o quadro de crise fiscal, o que pode resultar num ataque especulativo contra o Real, levando a taxa de câmbio a níveis estratosféricos. Seria, então, a pá de cal no caixão do governo da presidente Dilma Rousseff.

jose.oreiro@ie.ufrj.br

